

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Correio Braziliense

Class.: 762

Data: 28.09.83

Pg.: _____

Juruna: Índio agora quer é poder apitar

VALGÊNIO RANGEL

CECE ✓ ARQUIVO

Correspondente

São Paulo — O deputado federal Mário Juruna (PDT-RJ) tem certeza de que a partir de agora, o índio brasileiro precisa alcançar o poder. "Já fomos muito injustiçados e massacrados e chegou o momento: queremos o poder. Não queremos mais apito. Índio não quer mais apito. Índio quer o poder que nos foi tomado e precisa lutar com suas forças para tomar este poder."



Deputado Juruna

Este trecho é de uma longa entrevista do deputado cacique gravada para "os brasileiros", uma série de dez programas que a TV Manchete vai transmitir a partir de domingo, patrocinado pelo Movimento Cultural Internacional de Seguros. Nesta entrevista, Juruna fala do relacionamento dos índios com a Igreja, do problema da posse da terra, do futuro dos índios e, finalmente, qual, na sua opinião, é a definição do brasileiro.

O MAL DO COLONIZADOR

O deputado federal Mário Juruna acha que se o colonizador português não tivesse chegado ao Brasil, hoje o índio não seria vítima de injustiças, não teria problemas, não seria sacrificado como acontece atualmente. Os índios receberam Pedro Álvares Cabral de braços abertos e, no entanto, ninguém reconhece a nossa luta do passado, preferindo nos chamar de subversivos e vagabundos. Mas somos melhores, muito melhores que os gringos que para cá vieram e tomaram conta do Brasil.

Antes havia mais felicidade e liberdade, não havia injustiças, respeitavam nações e culturas.

Segundo Juruna, a mesma situação vive o negro que também tem direito sobre a terra. "Foram injustiçados como os índios e além disso foram escravos do branco, situação que o índio não viveu. Hoje nós temos negros deputados como nossos companheiros Abdias do Nascimento e Ag-

naldo Timóteo, ambos nossos companheiros do PDT do Rio de Janeiro. E eu acho que como o índio, os negros também querem assumir o poder, que é um direito", afirma o deputado Juruna.

Ele diz que não se trata apenas disso e lembra que "há mais de 500 anos, nós éramos os donos deste País e hoje lutamos para conservar um pedaço de terra para nossa gente, para podermos sobreviver. O índio quer conservar, ao menos, a sua terra e continuar vivendo naturalmente, na sua mata. O sentido de minha luta e de todos os outros índios visa principalmente reconhecer a nossa vida. E todos deveriam compreender a vida e o regime do índio que é simples. Nós amamos e gostamos de vocês (os brancos)", diz Juruna no programa.

Ao se referir ao trabalho da Igreja, Mário Juruna lembra o trabalho de catequese da Igreja e a tarefa de atração dos índios pelos missionários em direção a Deus, à sua palavra afirmando que todos os índios, suas nações e tribos têm o seu Deus. "Mas o que foi feito, foi atrair os índios para o outro Deus tirando a sua liberdade, quando deveria ter sido o contrário, deixando o índio por conta da adoração de seus deuses, de sua tradição. Nós sabemos que existe Deus e não é justo que deixemos o nosso Deus, a nossa vida e nossa tradição para adorar outro Deus", afirma Mário Juruna.

Ackel requer a cópia do discurso

O Governo está profundamente irritado com o discurso do deputado Mário Juruna (PDT-RJ), na última segunda-feira, ofendendo várias autoridades, inclusive o Presidente da República, a quem acusou de ladrão. O ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, solicitou à Câmara cópia deste pronunciamento para examiná-lo.

O presidente da Câmara, deputado Flávio Marçillo (PDS-CE), mandou reter o discurso de Juruna para cortar as expressões consideradas ofensivas. O próprio parlamentar recolheu o discurso na taquígrafia com o mesmo objetivo.

PROVIDÊNCIAS

Na manhã de ontem, o líder do PDS na Câmara, deputado Nelson Marchezan (PDS-RS), procurou o presidente da Câmara para solicitar-lhe maior energia da Mesa para conter o uso de expressões anti-regimentais. O PDS não aceita mais que isto continue ocorrendo porque o regimento tem de ser cumprido.

Os dirigentes pedessistas acenam que, após pronunciarem da

tribuna palavras ofensivas e humilhantes para as autoridades do Governo, os parlamentares vão à taquígrafia retirá-los. Contudo, os discursos são distribuídos e publicados sem os cortes, prejudicando a reputação das autoridades.

No entender do líder do Governo, a simples providência de evitar que o Diário do Congresso publique as acusações e os adjetivos não resolve. Ele quer o cumprimento do que dispõe o regimento da Câmara, defendendo até a suspensão da sessão, caso o orador não acate a advertência.

O presidente Flávio Marçillo está, também, preocupado com os termos usados nos debates parlamentares. No primeiro semestre, ele fez um apelo aos líderes para que contivessem os deputados, pois era inaceitável a linguagem usada em alguns pronunciamentos. A Mesa da Câmara também discutiu o que poderia ser feito para evitar incidentes graves entre os deputados, pois muitos, ao que se dizia, estavam comparecendo armados às sessões. Apesar das providências tomadas, os incidentes são de que a situação não foi alterada.